

# A REVOLUÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM A INCLUSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

DIAS, A. P. M<sup>1</sup>; PIRES, P. F. F<sup>2</sup>.

## RESUMO

**Objetivo:** buscar evidências científicas sobre as mudanças ocorridas na alimentação escolar com a inclusão da agricultura familiar. **Método:** Trata-se de estudo de pesquisa de revisão realizada na base de dados digitais, utilizando os termos “agricultura familiar”, “alimentação escolar” e “grau de processamento”. **Resultados:** Há efetiva aplicabilidade do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, maior aquisição de alimentos *in natura* e minimamente processados, estimulando a produção e o consumo de alimentos saudáveis e o desenvolvimento local. **Conclusão:** A inclusão da agricultura familiar no PNAE trouxe mudanças na qualidade da alimentação ofertada aos escolares e na condição socioeconômica dos agricultores através do consumo de alimentos locais.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar. Agricultura familiar. Políticas públicas. Segurança alimentar e nutricional.

## ABSTRACT

**Objective:** to seek scientific evidence about changes in school feeding with the inclusion of family farming. **Method:** This is a review study carried out on the virtual database, using the terms "family farming", "school meals" and "processing degree". **Results:** There is effective applicability of art. 14 of Law 11.947/2009, greater acquisition of fresh and minimally processed foods, stimulating the production and consumption of healthy foods and local development. **Conclusion:** The inclusion of family farming in the PNAE brought changes in the quality of food offered to students and in the socioeconomic status of farmers through the consumption of local foods.

**Keywords:** School feeding. Family farming. Public policy. Food and nutrition security.

## INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é uma estratégia de segurança alimentar e nutricional, que visa promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) através da alimentação escolar (VILLAR, *et al.*, 2013; SARAIVA, *et al.*, 2013).

---

<sup>1</sup> Ana Paula Maia Dias. Acadêmica do Curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana – Pr. 2020.

<sup>2</sup> Patrícia Fernanda Ferreira Pires. Orientadora da Pesquisa. Docente Mestre do Curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana – Pr. 2020.

Com a aprovação da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), foram introduzidas modificações ao PNAE, reconhecendo a alimentação escolar como instrumento de cumprimento do direito humano à alimentação adequada, ampliando o atendimento aos estudantes do ensino médio, a inclusão da educação nutricional na grade escolar e, através do art. 14, que no mínimo, 30% do valor repassado pelo Governo Federal seja investido na aquisição de alimentos da AF.

A inclusão da AF no PNAE, promove verdadeira transformação na alimentação escolar, pois possibilita o consumo diário de alimentos saudáveis e com vínculo local, produzidos diretamente pela AF, fazendo com que o PNAE integre as políticas públicas de direito à alimentação, relacionadas à saúde e à nutrição dos escolares e as políticas de incentivos à produção agrícola (SILVA SA, *et al.*, 2017; TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

## **OBJETIVO**

Buscar evidências científicas sobre as mudanças ocorridas na alimentação escolar com a inclusão da AF.

## **MÉTODO**

Trata-se de estudo de revisão de literatura. A amostra foi composta por 9 artigos científicos indexados na base de dados digitais Google Acadêmico, SciELO, Lilacs e PubMed. Foram incluídos artigos em idiomas português e inglês; publicados no período de 2015-2020; que analisaram as compras da AF no PNAE; que verificaram as mudanças na alimentação escolar com a inclusão dos produtos da AF. Os descritores utilizados foram: “agricultura familiar”, “alimentação escolar”, “grau de processamento”, “políticas públicas” e “segurança alimentar”.

## **RESULTADO**

No presente estudo, foi analisado as mudanças na alimentação escolar através da inclusão da AF, qualidade das compras, com relação ao grau de processamento dos alimentos adquiridos pelo PNAE, bem como, a adequada aplicabilidade do art. 14 da Lei nº 11.947/2009.

Com relação a aplicabilidade do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, no Paraná, os municípios estudados por Führ e Triches (2017), e Holz e Queiroz Neto (2016) verificou-se efetiva aplicação do estabelecido em lei, com exceção de Medianeira no ano de 2012. Contudo, no estudo de Schabarum e Triches (2019), em 2014, dos 132 municípios estudados no Paraná, mais da metade (51%) não destinaram 30% a aquisição da AF.

Em Santa Catarina, segundo Teo, *et al.* (2019), nos anos de 2012 (n=291) a 2014 (n=295), a variação dos municípios que investiram 30% ou mais do recurso foi de 60,1% (n=175) em 2012 a 72,2 % (n=213) em 2014. Percentual semelhante no Rio Grande do Sul, em 2013, dos 52 municípios analisados por Ferigollo, *et al.* (2016), 71,2% (n = 37) atingiram 30% ou mais do recurso.

Em estudo realizado por Baccarin, *et al.* (2017), no período de 2011 a 2014 em 353 municípios, sendo 241 no estado de São Paulo, 37 no Paraná e 75 em Santa Catarina, demonstra que os municípios do estado de Santa Catarina ultrapassaram o valor mínimo de 30% previsto no art. 14 da Lei nº 11.947/2009, Paraná em situação intermediária (19,9%), e São Paulo o menor nível (13,8%).

Em estudo realizado nas capitais brasileiras por Dias, *et al.* (2020), 12 capitais no ano de 2016, utilizaram valor médio superior aos 30% estabelecido para a compra de alimentos da AF, com destaque para Maceió e Boa vista que utilizaram 100% do recurso repassado, enquanto Rio de Janeiro e Recife não utilizaram nenhum recurso. As capitais da região Norte utilizaram mais que 30%, já na região Sul, que conta com três capitais, foi a que apresentou menor destinação do recurso do FNDE para a AF.

Já com relação as compras e ao grau de processamento dos alimentos adquiridos da AF, verificou-se o predomínio da presença nas chamadas públicas de alimentos *in natura* ou minimamente processados, com exceção do estado de Santa Catarina, segundo Baccarin, *et al.* (2017), com maior presença de alimentos ultraprocessados.

## **CONCLUSÃO**

Pode-se verificar a aplicabilidade do art. 14 da Lei nº 11.497/2009, com exceção das capitais Rio de Janeiro e Recife (2016). Diante disso, a inclusão dos alimentos da AF no PNAE, trouxe mudanças, não apenas na qualidade da

alimentação ofertada aos escolares, devido ao predomínio de alimentos *in natura* e minimamente processados, o que é recomendado pelo Guia Alimentar da População Brasileira, como também na condição socioeconômica dos agricultores, devido ao consumo de alimentos culturais de produção local.

## REFERÊNCIAS

BACCARIN, José Giacomo, *et al.* Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 55, n. 1, p. 103-122, Jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Tenção Básica. **Guia Alimentar da População Brasileira**. 2. Ed., reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014

DIAS, P.C.; BARBOSA, I.R.O.; BARBOSA, R.M.S.; FERREIRA, D.M.; SOARES, K.C.B.; SOARES, D.S.B.; HENRIQUES, P; BURLANDY, L. Compra da agricultura familiar para alimentação escolar nas capitais brasileiras. **Rev. Saúde Pública**. 2020; 54:73.

FERIGOLLO, D; KIRSTEN, V.R.; HECKLER, D; TORRES FIGUEREDO, O.A; PEREZ-CASSARINO, J; TRICHES, R.M. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Rev. Saúde Pública**. 2017; 51:6.

FÜHR, A. L.; TRICHES, R. M. Qualidade da alimentação escolar a partir da aquisição de produtos da agricultura familiar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 24, n. 2, p. 113-124, 14 dez. 2017

HOLZ, Estela; QUEIROZ NETO, Exzolvildres. Evolução da Aquisição dos Alimentos da Agricultura Familiar Fornecidos aos Escolares da Rede Pública Municipal de Medianeira – PR no Período de 2012 a 2015. **Revista Orbis Latina**. V.6, nº1, Foz do Iguaçu – PR, Jan- Dez, 2016.

SARAIVA, E. B. *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, abr. 2013.

SCHABARUM, Joseane Carla; TRICHES, Rozane Márcia. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar em Municípios Paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 49-62, Jan. 2019.

SILVA SA, Sara; *et al.* A interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais (Brasil). **Revista Espacios**. Vol. 38 (Nº 46) Ano 2017. Pág.1.

TAGLIETTI, Roberta Lamonatto; TEO, Carla Rosane Paz Arruda; VIEIRA, Gisele Assumpção. Grau de Processamento de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. **6º Congresso Internacional em Saúde - Vigilância em Saúde: Ações de promoção, prevenção diagnóstico e tratamento**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí/RS. Seção Nutrição. n.6. Maio 2019.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda. MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. *Ver. Nutr. Campinas*, 25 (5): 657-668, set/out., 2012.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda. The partnership between the Brazilian School Feeding Program and family farming: a way for reducing ultra-processed foods in school meals. **Public. Health Nutr.** 2018 v. 21, n. 1, p. 230-237, 2018.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; *et al.* Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar em Santa Catarina, 2012-2014. **Revista Grifos**. n. 47. p. 73-97. Set. 2019

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 19, n. 4, pág. 933-945, dezembro de 2010.

VILLAR, Betzabeth Slater *et al.* Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Rev. Bras. Epidemiol.** São Paulo , v. 16, n. 1, p. 223-226, Mar. 2013.